

A CONTRIBUIÇÃO DE MARIA SALETE VAN DER POEL NA EDUCAÇÃO EM PRISÕES: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DE ENSINAR E APRENDER

THE CONTRIBUTION OF MARIA SALETE VAN DER POEL TO EDUCATION IN PRISONS: REFLECTIONS ON THE RIGHT TO TEACH AND LEARN

 <https://orcid.org/0000-0002-6564-4793> José Douglas de Abreu Araújo^A

^A Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil

Recebido em: 12 fev 2024 | Aceito em: 07 jun 2024

Correspondência: José Araújo(josedouglasabreu@gmail.com)

Resumo

O presente estudo objetiva refletir sobre o direito à educação em prisões, com foco na experiência educativa desenvolvida pela educadora Maria Salete van der Poel. A educadora se dedicou a defesa do direito à educação e dos demais direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, explorando os desafios e possibilidades de promover o ensino-aprendizagem numa perspectiva libertadora nesse espaço e contexto. Metodologicamente, foram utilizadas a pesquisa descritiva, reflexões das produções (auto)biográficas da educadora e pesquisa relacionada ao tema. O estudo revela o pioneirismo, profissionalismo, militância e sensibilidade de Maria Salete no desenvolvimento de práticas educacionais com viés transgressor e libertador, se tornando uma referência nacional nessa área. O texto contribui para a compreensão dos benefícios da educação em prisões e destaca a importância de garantir o acesso a essa oportunidade educacional para as pessoas privadas de liberdade, visando à garantia dos direitos humanos e sua reinserção social extramuros.

Palavras-chave: direito à educação; memórias; prisão; práticas educativas.

Abstract

The present study aims to reflect on the right to education in prisons, focusing on the educational experience developed by educator Maria Salete van der Poel. The educator dedicated herself to defending the right to education and other human rights of people deprived of their liberty, exploring the challenges and possibilities of promoting teaching and learning from a liberating perspective in this space and context. Methodologically, descriptive research, reflections on the teacher's (auto)biographical productions and research related to the topic were used. The study reveals Maria Salete's pioneering spirit, professionalism, activism and sensitivity in developing educational practices with a transgressive and liberating bias. She has become a national reference in this area. The article contributes to the understanding of the benefits of education in prisons and highlights the importance of guaranteeing access to this educational opportunity for people deprived of their liberty, aiming to guarantee human rights and their social reintegration outside the walls.

Keywords: right to education; memories; prison; educational practices.



O direito à educação, ensinar e aprender em prisões na prática educativa de Maria Salete Van der Poel

Se eu perder a utopia, eu perco a vida

Salete Van der Poel

A educadora Maria Salete van der Poel nasceu em Campina Grande/Paraíba e iniciou sua carreira dando aulas em sua escola particular utilizando os conhecimentos adquiridos durante sua formação escolar primária e secundária. Silva, Costa e Ferreira (2023) ressaltam que, naquela época, década de 1930, o acesso à educação formal era restrito, principalmente para mulheres. No entanto, a família da educadora pertencia à aristocracia rural, o que pode ter facilitado seu acesso à educação.

Mesmo sem formação pedagógica, ela conseguiu exercer a função de educadora “com os conhecimentos adquiridos no Curso Clássico” (SILVA *et al.*, 2023, p.3), o que mostra sua dedicação e comprometimento com a educação, enfrentando desafios e limitações. Sua experiência educacional como educadora em prisões é um trabalho pioneiro com alunos privados de liberdade que ocorreu nos anos de entre 1978 a 1981, trazendo importantes reflexões sobre as práticas educacionais desenvolvidas em prisões, desenvolvimento do profissional docente e sua experiência singular, sensível e libertadora. Sua visão enfatiza a capacidade de transformação e o potencial de aprendizado dos indivíduos privados de liberdade.

Seus dois livros: *Alfabetização de Adultos – Sistema Paulo Freire: Estudo de caso num presídio* (POEL, 1981) e *Vidas Aprisionadas: Relatos de uma prática educativa* (POEL, 2018), como “percurso pioneiro de intervenção educativa numa instituição carcerária” (OLIVEIRA & NÓVOA, 2020, p. 355), são documentos que trazem relatos da história da educação em espaços com estruturas aparelhadas, alocando o atributo na educadora de precursora pioneira na oferta inventiva de práticas de educação nas prisões da Paraíba.

O percurso educacional da educadora contribui para a compreensão de uma educação com papel transgressor e transformador tanto para os privados de liberdade como para os agentes educativos envolvidos nesse processo. Também alicerçada na perspectiva freiriana, a autora absorveu a compreensão de que “ensinar não é transferir

conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 25) e (re)criou uma prática educativa (trans)formadora em prisões, tendo a educação como uma ferramenta fundamental para possibilitar essa transformação, permitindo o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores que podem ser essenciais para uma socialização e humanização bem-sucedida.

Neste estudo de abordagem qualitativa (MINAYO, 2007), que objetiva refletir sobre o direito à educação em prisões, com foco na experiência educativa desenvolvida pela educadora Maria Salete van der Poel, adotou-se a pesquisa descritiva (TRIVIÑOS, 1987) e as memórias e reflexões das produções (auto)biográficas e pesquisas da educadora Maria Salete van der Poel. A pesquisa descritiva permitiu o recolhimento de informação sobre a trajetória profissional e pessoal da educadora em questão, ao longo de sua atuação nos presídios de João Pessoa, Paraíba. Já a reflexão das produções (auto)biográficas e pesquisas contidas principalmente nos livros *Alfabetização de adultos – Sistema Paulo Freire: Estudo de caso num presídio* (POEL, 1981) e *Vidas Aprisionadas: Relatos de uma prática educativa* (POEL, 2018), foram fundamentais para compreender a influência dessas experiências na prática pedagógica da educadora.

Essa abordagem proporcionou uma reflexão aprofundada das experiências e vivências que influenciaram sua prática pedagógica nas prisões, permitindo compreensões significativas do papel da educadora na formação dos alunos, bem como das influências que moldaram sua identidade profissional e as possibilidades inventivas e inovadoras das práticas educativa nas prisões para promoção de uma educação mais inclusiva e transformadora.

Portanto, este estudo conjectura a experiência profissional da educadora marcada pela transgressão de estruturas políticas de morte que perpassaram práticas educativas desde o Círculo de Cultura na Penitenciária do Roger ao Clube de Leitura “Para gostar de ler” no Asilo Bom Pastor em João Pessoa, concluindo com as percepções acerca da inovação e desenvolvimento da prática educacional e profissional da educadora presente na atuação dela nas prisões de João Pessoa.

O direito à educação, ensinar e aprender nas práticas educativas em prisões

As práticas educativas em prisões no século XIX na Paraíba eram extremamente precárias e limitadas. Na época, havia uma visão punitiva e retributiva do sistema prisional, sendo o objetivo principal a punição e o isolamento dos prisioneiros (COSTA; COSTA, 2021).

A educação formal era praticamente inexistente e as pessoas em privação de liberdade tinham acesso mínimo à escola. Apenas com o direito a participar das aulas primárias ou programas educacionais, com um “teor disciplinar, o controle social por meio das regras, o currículo moralizador e a prática do trabalho para fins de uma mão de obra que fosse útil à nação, livrando o país dos ‘criminosos e vadios’” (COSTA; COSTA, 2021, p. 13).

As condições de vida nas prisões eram insalubres e extremamente desumanas, o que dificultava qualquer tipo de prática educativa. As celas eram superlotadas, sem ventilação adequada e não havia separação por idade, grau de instrução ou tipo de crime cometido (COSTA; COSTA, 2021). Isso fazia com que qualquer tentativa de implementar programas educacionais fosse praticamente inviável.

No final do século XIX e início do século XX começaram a surgir outras iniciativas para minimizar os efeitos degradantes e as condições de vida nas prisões e fornecer algum tipo de educação mínima para as pessoas em situação de privação de liberdade. No entanto, ainda seria necessário um longo caminho até que o sistema prisional na Paraíba e em todo o Brasil passasse por uma verdadeira transformação e priorizasse a socialização e a reintegração dos prisioneiros à sociedade.

No entanto, a partir do final do século XX, observamos a utilização da educação como instrumento de reintegração à sociedade extramuros das pessoas em situação de privação de liberdade na Paraíba com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e práticas educativas outras como a da educadora e pesquisadora Salete van der Poel. Apesar dessas iniciativas, Araújo (2023, p. 5) salienta que “ações pedagógicas isoladas” e “sob a ótica do disciplinamento e controle dos corpos desses sujeitos” persistiram nas prisões paraibanas ao longo das décadas do referido século, indicando uma falta de continuidade e integração nas políticas educacionais voltadas para o sistema prisional.

No século XXI, a reflexão sobre a educação nas prisões traz consigo a

necessidade de uma abordagem mais humanista e inclusiva. Para tanto, há a necessidade de se refletir em processos pautados na humanização transformadora e libertária, como a experiência de Poel (2018), pois ainda hoje é necessário pensar e lutar por uma política que garanta uma educação nas prisões abrangente com alfabetização, ensino fundamental e médio, formação profissionalizante, ensino superior e educação à distância. Além disso, é importante que as pessoas em situação de privação de liberdade tenham acesso à bibliotecas, cursos de capacitação, atividades extracurriculares e acompanhamento psicossocial.

Essas medidas têm o objetivo de proporcionar às pessoas em situação de privação de liberdade a oportunidade de se reinventarem, descobrirem novas habilidades e perspectivas para que possam se integrar de forma plena no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, evitando a reincidência criminal. Tais “processos educativos para formação devem ter um direcionamento cheio de possibilidades de acesso às práticas humanas e ferramentas para reintegração social com uma profundidade crítica aos modelos educativos dominantes” (ARAÚJO, 2020, p. 141).

Ao refletir sobre a educação nas prisões do século XX e sua contribuição para os processos de ressocialização extramuros das pessoas em situação de privação de liberdade no século XXI, é essencial que sejam adotadas medidas efetivas para transformar o atual sistema prisional. A educação é um instrumento poderoso para romper com os ciclos de violência e criminalidade, proporcionando a oportunidade de um recomeço para aqueles que estiveram privados de liberdade.

O papel do educador popular na promoção do direito à educação em prisões

A atuação de educadores em prisões é um tema que tem ganhado cada vez mais destaque nos debates sobre educação. Esses profissionais desempenham um papel fundamental na reintegração à sociedade extramuros das pessoas privadas de liberdade, contribuindo para a construção e aquisição de conhecimentos e habilidades que podem ser utilizados no mundo exterior. Neste texto, visualizamos na experiência da educadora Salete van der Poel a importância do educador em prisões, sua significação e a construção de sua identidade de educadora.

Primeiramente, é importante ressaltar a relevância do trabalho do educador em prisões que, muitas vezes, não tem formação inicial e continuada específica para atuar no contexto prisional, como alertou Silva e Rocha (2017, p. 2015) ao dizerem que tais profissionais “não possuem um acompanhamento sistematizado de suas práticas e não têm material que lhes proponha novas formas de concepção”.

A falta de qualificação de educadores para educação nas prisões é uma lacuna, pois as instituições de ensino superior “ainda não estão sensibilizadas para a necessidade de formar quadro de educadores para atuação em espaços outros que não sejam a escola” (SILVA; MOREIRA, 2011, p. 96). Sabemos que é de fundamental importância que o educador em prisões esteja preparado para lidar com essas demandas e que tenha o apoio necessário para desempenhar seu trabalho de forma eficaz, é necessária a luta para que o poder público efetive uma política de formação de educadores para educação em prisões.

Com estímulo, o educador passa a construir sua identidade de educador em prisões, desenvolvendo uma abordagem pedagógica que abarque as necessidades e as realidades das pessoas em situação de privação de liberdade. A educação em prisões apresenta desafios únicos, como a diversidade de perfis e níveis de escolaridade das pessoas em situação de privação de liberdade, bem como a necessidade de lidar com questões de segurança e disciplina. Portanto, o educador em prisões deve ser capaz de adaptar suas práticas pedagógicas e desenvolver estratégias que sejam eficazes nesse contexto específico.

O educador tem se aproximado da educação popular por ser a prisão um espaço que contém sujeitos radicalmente oriundos das camadas populares, o que tem contribuído para a construção de sua identidade como educador popular. A educação popular tem como objetivo central a transformação social por meio da educação, buscando a emancipação dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tornando “capaz de propiciar aos educadores populares uma práxis libertadora” (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2009, p. 139) e nos permitindo “compreender os processos de ensinar e aprender no diálogo entre os sujeitos de conhecimento, na superação da contradição educador-educando” (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2009, p. 139).

A prisão é um ambiente que concentra uma série de desigualdades e injustiças sociais. Muitos dos indivíduos que ali se encontram foram marginalizados desde cedo, tendo acesso limitado à educação formal e sofrendo com a falta de oportunidades. Ao adentrar nesse espaço, o educador popular se depara com uma realidade dura e desafiadora, mas também repleta de potencialidades, encontrando ali o um espaço propício para a construção de sua identidade como educador popular. Ao trabalhar com sujeitos colocados à margem e excluídos socialmente, o educador tem a chance de exercer um papel transformador, promovendo a reflexão crítica e o empoderamento dos sujeitos encarcerados.

Ao estabelecer uma relação de proximidade com os sujeitos encarcerados, o educador popular tem a oportunidade de conhecer suas histórias, suas dificuldades e suas demandas. Essa proximidade permite o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais contextualizada e significativa, levando em consideração as particularidades e necessidades dos sujeitos que estão privados de liberdade que, para Paulo Freire (1993), são as práticas que não separam as práticas do desvelamento da realidade, pois:

É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos [...] É a que supera os preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substantividade democrática (FREIRE, 1993, p. 101-102).

No entanto, é importante ressaltar que a atuação do educador popular na prisão não se limita apenas ao ensino formal. O educador deve estar atento às demandas dos sujeitos encarcerados, buscando promover ações de cidadania, direitos humanos e socialização. Para isso, é fundamental estabelecer parcerias com outros profissionais e instituições, a fim de garantir uma abordagem multidisciplinar e integrada.

Em suma, a aproximação do educador popular com a educação nas prisões é uma resposta à realidade social e às demandas dos sujeitos encarcerados. Ao atuar nesse contexto, ele tem a oportunidade de exercer um papel transformador, promovendo a emancipação dos sujeitos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação popular na prisão é um caminho promissor para a superação

das desigualdades e injustiças sociais e o educador popular desempenha um papel fundamental nesse processo.

O pioneirismo e legado de Maria Salete van der Poel na educação em prisões

No final da década de 1970, ainda no tempo da ditadura civil-militar, a educação em prisões na Paraíba continuava a ser “coisa das Igrejas ou algumas ONG’s consideradas igualmente subversivas” (IRELAND, 2018, p. 13), quando a educadora, pesquisadora e militante Maria Salete van der Poel desenvolveu um trabalho de educação popular com o sistema Paulo Freire na “Penitenciária do Roger” no período de 1978 a 1981, para sua dissertação de mestrado.

A educadora deixou ricos registros da sua experiência na educação em prisões em João Pessoa, nos seus dois livros *Alfabetização de adultos – Sistema Paulo Freire: Estudo de caso num presídio* (POEL, 1981), fruto da sua dissertação do curso de Mestrado de Educação Permanente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e *Vidas Aprisionadas: Relatos de uma prática educativa* (POEL, 2018), com narrativa de vidas e da experiência da prática educativa que a autora realizou. São memórias de uma prática pioneira da educação em prisões na Paraíba e no Brasil, como apreciaram Oliveira e Nóvoa (2020), ao afirmarem ser:

Um percurso pioneiro de intervenção educativa numa instituição carcerária. E, para mais, recorrendo a abordagens e metodologias de uma “educação para a libertação” (Poel, 1981, p. 30), a “uma prática alfabetizadora libertadora dentro de uma instituição total” (Poel, 2018, p. 19). A atualidade da leitura e da recuperação das duas produções da autora se reveste de significado no Brasil que violenta os direitos humanos e que tem figurado nos rankings mundiais nas denúncias de superlotação e maus tratos nas prisões (OLIVEIRA; NÓVOA, 2020, p.355).

Assim, serão discorridas reflexões e memórias relativas ao desenvolvimento profissional nas prisões da educadora Salete Van Der Poel em sua prática educativa nas unidades prisionais da Paraíba com o Círculo de Cultura na Penitenciária do Roger, sua visão sobre o papel do Mobral no contexto cívico e o Clube de Leitura “Para gostar de ler” no Asilo Bom Pastor.

Círculo de cultura na penitenciária do Roger em João Pessoa (PB)

Uma de suas práticas educativas em prisões ocorreu por meio de um Círculo de Cultura com 23 presos embasada na proposta de alfabetização libertadora de Paulo Freire, como bem comenta Ireland (2011), ao afirmar que a educadora:

Com base num Círculo de Cultura, seguiu com rigor e criatividade as etapas sugeridas por Paulo Freire: do levantamento do universo vocabular e situações existenciais dos detentos até o ponto culminante da avaliação tanto da mecânica da leitura e do escrito quanto do nível de conscientização atingido pelos participantes (IRELAND, 2011, p. 116-117).

O espaço utilizado para funcionar as práticas educativas na “Penitenciária do Roger” era improvisado, debaixo de lonas em espaço livre ou em celas transformadas em sala de aula, com lousa e carteiras, isto é, estruturas totalmente improvisadas. Existiam espaços chamados de “sala da biblioteca”, porém “só havia alguns livros velhos e outros infantis”. Nada que pudesse interessar aos detentos” (POEL, 2018, p. 42).

Uma das tocantes ações foi a elaboração de uma cartilha elaborada por eles mesmos no decorrer das atividades. Assim, com a empolgação dos participantes que “queriam um documento que prestasse para o futuro da gente”, foram elaborando a cartilha e na avaliação da educadora tinham aqueles que estavam bem avançados e outros mais lentos. “A produção até então constava de palavras soltas, frases e pequenos textos, desenhos, palavras cruzadas” (POEL, 2018, p. 49-50). De tal modo, a prática educativa com aquelas pessoas em privação de liberdade ia dando avanços no processo de alfabetização com atividades diversas, como exercícios em grupo, trabalhando interpretação com notícias de jornais, charges e diálogos.

Poel é uma educadora comprometida, solidária e militante dos direitos humanos, e relatou que os participantes do Círculo de Cultura eram pessoas com histórias de vida sofridas, homens que:

Viveram na sarjeta, andaram por caminhos tortuosos, afastaram muitos espinhos, tiveram uma dura experiência de viver, mas não se tornaram homens ácidos. Ao contrário. Muitos colocaram belezas nas maldades. Outros mostraram ser feitos de outras matérias: resistência, afirmação, libertação. Meu fascínio por cada um estava nos seus talentos para arriscar, enfrentar, lutar, desafiar e dar inclusive suas próprias vidas (POEL, 2018, p. 29).

Em um período ditatorial com perseguição política e acadêmica se potencializaram as dificuldades da pesquisa-ação e o estudo de caso na prisão feita pela

educadora no contexto marcado pela violência e autoritarismo. Mesmo assim, ela conseguiu dar continuidade à sua prática educativa e avaliar a experiência tanto na parte da alfabetização de adultos como da conscientização “através de duas entrevistas aplicadas em torno de sete temas – direito de voto, lazer, religião, trabalho, direitos e deveres, estudo e situação vivencial –, antes e depois da ação de formação” (OLIVEIRA; NÓVOA, 2020, 356). Segundo a educadora, sua contribuição na experiência educativa na “Penitenciária do Roger” ocorreu na configuração que realizou da avaliação das aprendizagens: “de um lado, o saber ler e escrever e, do outro, o processo de conscientização” (POEL, 1981, p. 32).

Percepções sobre o Mobral como outra prática educativa

Durante o tempo que Maria Salete van der Poel passou no Presídio do Roger até sua saída, o Círculo de Cultura foi a única prática educativa existente, como relata Ireland (2018, p. 16-17), ao pontuar que “antes dela iniciar o seu Círculo de Cultura, o Mobral desenvolvia atividades de alfabetização na Penitenciária Modelo. Nos mais de dois anos que ela passou na prisão, não havia outro projeto educacional em andamento”.

O Mobral era uma das práticas educativas desenvolvidas no período da ditadura mediante a promulgação da Lei nº 5.379 de 1967, que previa a alfabetização funcional e continuada para adolescentes e adultos no Brasil. Com base na referida lei, foi implementado pelo Governo a estratégia conhecida como Mobral (1967-1985) para alfabetizar os jovens e adultos com um método direcionado para o ensino da leitura e escrita semelhante ao de Paulo Freire, utilizando as “codificações, cartazes com famílias silábicas, quadros, fichas, porém, não utilizava o diálogo como a proposta de Freire e não se preocupava com a formação crítica dos educandos” (LIRA; ARAÚJO, 2014, p. 5).

Duarte e Pereira (2018) lembram que não existia interesse político para que o Mobral atingisse a educação escolar ministrada nas instituições carcerárias. Mesmo assim, o referido método foi uma das práticas educativas desenvolvidas na “Penitenciária do Roger”, que, conforme Poel (2018), os estudantes participavam desiludidos e relatavam em suas falas o despreparo dos educadores e a ausência de metodologias de ensino diferenciadas e organizadas para facilitar a aprendizagem das

peessoas privadas de liberdade, pois eles narravam que: “o professor não sabe ensinar, que é um enrolão [...] Passa dias sem dar aula. E só faz mandar escrever” (p. 37). Com tal desestímulo e falta de formação para os educadores, o Mobral foi sendo abandonado e aos pouco extinto.

Clube de leitura “Para Gostar de Ler” no Asilo Bom Pastor em João Pessoa

A educadora Poel (2019) foi proibida de entrar no presídio. Ela destaca dois fatos que concorreram para a proibição oficializada pelo Governador Dr. Tarcísio de Miranda Burity, sendo a primeira a elaboração de um manifesto dos presos publicados no jornal *O Norte* e lido no programa de Flávio Cavalcanti na TV Tupi.

Sobre o manifesto, ele ganhou consistência com o processo de alfabetização e conscientização, sendo constantemente assunto no Círculo Cultural, onde os participantes falavam na possibilidade da elaboração de tal documento. No entanto, de forma pedagógica e política, deu-se a partir do dia 05 de outubro de 1978 (POEL, 2018). Daí em diante, à medida que o grupo ia se politizando, o assunto voltava. O segundo motivo para a proibição de entrar no presídio foi a publicação do seu primeiro livro: *Alfabetização de adultos – Sistema Paulo Freire: Estudo de caso num presídio* (POEL, 1981).

Com a proibição de entrar no presídio e sua aprovação como docente da UFPB, a educadora passou a trabalhar dentro da disciplina Prática de Ensino de Sociologia com um projeto na instituição Asilo Bom Pastor, em João Pessoa, que servia para privação de liberdade da mulher, pois:

Nesta época, não existia presídio feminino em João Pessoa. Só no segundo governo de José Targino Maranhão (1999 a 2002) foi construído o primeiro presídio feminino que recebeu o nome de Centro de Recuperação Feminina. O Asilo Bom Pastor era dirigido por religiosas que, diga-se de passagem, nada deixavam a desejar aos diretores dos presídios (POEL, 2019, p. 7).

Essa foi uma outra contribuição de prática educativa que se desenvolveu na década de 1980 num espaço de privação de liberdade da mulher, totalmente subversivo com muitas dificuldades e desafios, dentre eles conquistar a confiança das presas e a ‘graça’ das freiras. O projeto tinha a perspectiva de realizar um trabalho a partir da realidade que iria encontrar naquele ambiente. Sendo assim, tanto Maria Salete van der Poel como as estagiárias focaram em descobrir o que poderia ser trabalhado ali a partir da narrativa das participantes, das quais afirmaram que o “tricô, crochê, costurar,

cozinhar, orar em horas marcadas, bordar e outras besteiras não interessa a gente. Queremos alguma coisa que sirva para ajudar quando a gente sair daqui” (POEL, 2018, p. 167). Elas visavam algo útil para sua vida como “voltar a estudar, aprender a ler, estudo para uma profissão como ser enfermeira, conhecer alguma coisa de escritório” (POEL, 2018, p. 167).

A primeira atividade trabalhada foi o “aprofundamento do conhecimento sobre a realidade do campo/ambiente e, mais ainda, das presidiárias” (POEL, 2018, p. 167) por meio do diálogo com as mulheres. Aos poucos, todos foram ficando à vontade e as participantes passaram a contar suas vidas e a realidade sobre o asilo. Depois disso, com o encaminhamento das mulheres em aprofundarem seus estudos, foi lançada a ideia da criação de um Clube de Leitura que passou a se chamar “Para gostar de ler”. Como descreveu Poel (2018, p. 171):

A ideia do Clube de Leitura vingou, inclusive foi escolhido um nome para batizá-lo. Passou a chamar-se “Para gostar de ler”. Foi um semestre encantador! As presidiárias foram divididas (por opção delas mesmas) em dois grupos: um para cada estagiária, que eram completamente diferentes das anteriores: jovens, solteiras, espontâneas e despojadas de quaisquer preconceitos. Além disso, curiosas para conhecer um local desafiador e com a certeza de que iriam aprender muito.

O processo criativo e visionário do Clube de Leitura de Poel (2019) junto às mulheres do Asilo Bom Pastor demonstra um fazer educativo inovador, onde a educação popular está conectada às experiências e realidades daquelas mulheres por meio da leitura de livros escolhidos pelas participantes ou indicados pela educadora e pelas estagiárias, juntamente com os diálogos e a elaboração de resenhas por algumas mulheres que liam para todo o grupo. Os livros eram diversificados e as participantes tinham preferência de temas sobre amor, romance, bíblia e direito das mulheres, como a obra *O Segundo Sexo* de Simone Beauvoir (1967), que veio a despertar “nas presas o maior interesse pelo tema da liberdade e independência da mulher (POEL, 2019, p. 179).

Dentro do andamento do Clube de Leitura “Para gostar de ler” floresceu várias ideias e perspectivas, como a dramatização de texto com peças teatrais onde as presas “saíam da realidade vivida e entravam no imaginário representando”, confecção de livros de pano, reforço na leitura daquelas que eram analfabetas funcionais, da qual

proporcionou “um grande avanço, ainda mais pelo fato de termos escolhido as presas mais adiantadas para fazê-lo nas celas” (POEL, 2018, p. 179) e a organização de uma minibiblioteca. O Clube de Leitura:

Para gostar de ler foi uma revolução cultural e psicológica naquele ambiente fechado, onde a desumanização era o cotidiano. Tornou-se um círculo virtuoso: as presidiárias perceberam que os debates aumentam o prazer pela leitura e começaram a sentir-se mais estimuladas a ler, aprender a escrever e o melhor: nenhuma faltava aos dois encontros semanais com as estagiárias, que, a cada dia, ficavam mais animadas (POEL, 2018, p. 171).

Com todo o sucesso, avanços nas discussões e análise da realidade daquelas mulheres esquecidas e abandonadas, juntamente com as múltiplas dificuldades e perseguições enfrentadas, Poel (2018) viu a necessidade de avançar com a questão dos direitos humanos das mulheres presas. Era um período que, com a barbárie do regime militar brasileiro, o tema sobre direitos humanos foi fundamental e se destacava na reflexão popular. Por isso, por diversas vezes ela recorreu a algumas esferas que a pudessem auxiliá-la, como o arcebispo da Paraíba da época, Dom José Maria Pires, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e a imprensa. Até hoje a realidade dentro dos contextos de restrição e privação de liberdade exala a desumanidade e a degradação humana com a negligência dos direitos básicos, como afirma Ireland (2018, p. 14-15), ao comentar sobre as experiências de Maria Salete van der Poel:

Quiçá, o que mais nos chama a atenção nas narrativas que Salete nos apresenta[...] é o pouco que mudou no contexto de encarceramento nos últimos 40 anos. De um lado, as estruturas físicas dilapidadas, a superlotação, a falta de higiene, as condições de vida e de convivência subumanas, a qualidade da alimentação e da assistência dada ao preso; de outro, a brutalidade e a violência com que os presos são tratados, o abuso dos direitos humanos básicos, a falta de respeito pelo princípio fundamental da dignidade humana.

A experiência do Clube de Leitura “Para Gostar de ler” foi uma proposta avançada no fazer de práticas educativas da época, pois despontou basicamente em uma ação que tem se expandido na história da educação em prisões, na Paraíba e no Brasil, com os diversificados projetos de Clube de Leitura e Remição pela Leitura.

Considerações finais

A reflexão acerca das práticas educativas da educadora Salete Van Der Poel corrobora com a compreensão da importância de se entender a complexidade da realidade prisional para uma educação efetiva e sensível. Também percebemos em suas memórias

que o impacto do aspecto punitivo que, apesar de apresentar-se na totalidade das estruturas prisionais, é importante enxergar e viabilizar nessas prisões contextos de oportunidades mesmo com os inúmeros desafios, pois só assim será possível promover mudanças significativas na vida dos privados de liberdade. Para tanto, sua experiência nos dá o entendimento de que o trabalho educacional dentro das prisões deve ir além do simples ensino de conteúdos acadêmicos, englobando também atividades que estimulem o desenvolvimento da autoestima, da responsabilidade e da cidadania.

Em seus escritos é perceptível a necessidade de desconstruir estigmas e preconceitos em relação às pessoas privadas de liberdade e à educação prisional. Somente assim, vendo os sujeitos privados de liberdade como seres humanos em busca de transformação, é possível romper barreiras e construir uma sociedade mais inclusiva e justa. A educação e o trabalho prisional são ferramentas fundamentais nesse processo de desconstrução de preconceitos, pois permitem que a sociedade veja as habilidades e os potenciais das pessoas em situação de privação de liberdade.

A educadora Maria Salete Van der Poel conclui que a experiência educacional e profissional em prisões é um campo de atuação que demanda sensibilidade, compromisso e dedicação. Ela ressalta que, ao reconhecer o potencial transformador da educação dentro das prisões, é possível contribuir para a construção de um sistema prisional mais humano e efetivo, possibilitando a ressocialização das pessoas em situação de privação de liberdade e a redução da reincidência criminal.

Tanto a prática educativa da “Penitenciária do Roger” como no Asilo Bom Pastor demonstrou a escancarada ausência de políticas para reintegração social, de práticas educativas, sociais e humanas e, além de tudo, a violação total dos direitos humanos com a pedagogia do autoritarismo e desumanização, no contexto de privação de liberdade. Todavia, Ireland (2018) ressalta o caráter humano solidário e de compaixão da educadora que tomou partido e defendeu os interesses daquelas pessoas em privação de liberdade e na prática demonstrou como a educação possibilita outras perspectivas humanas e de direito. Sem dúvidas, várias(os) outras(os) educadoras(es) como Maria Salete van der Poel tiveram experiências exitosas na área da educação dentro das prisões paraibanas, que ainda estão anônimas.

Referências

- ARAÚJO, José D. A educação no contexto da socialização e humanização nas prisões da Paraíba (2005-2019). *Revista Cocar*, Belém, v. 18, n. 36, 2023. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6349>
- ARAÚJO, José. D. A. Prisões, contexto e espaço da prática e pesquisa em educação popular. In: ARAÚJO, R. R. S.; CRUZ, P. J. S. (org). *Educação popular e construção compartilhada do conhecimento: debates teóricos*. João Pessoa: Editora do CCTA, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2020.
- BEAUVOUIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 3. Ed.v. I e II. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- COSTA, Suenya. N.; COSTA, Jean Carlo C. Educação e trabalho nas prisões da Paraíba do século XIX. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 46, n. 1, p. 183-198, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- IRELAND, Timothy. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. *Em Aberto*, Brasil, v. 24, n. 86, p. 19- 29, 2011.
- IRELAND, Timothy. Apresentação. In: POEL, M. S. V. D. *Vidas Aprisionadas: Relatos de uma prática educativa*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- LIRA, Vanessa F., ARAÚJO, Edinaura. Concepções sobre a educação de Jovens e Adultos no sistema prisional na cidade de Cajazeiras-PB: Enfoques na economia solidária. In: MORAIS, C. R. da S.; ARAÚJO, A. de. (org). *Educação de jovens e adultos e economia solidária - Polo VII - Cajazeiras*. Fortaleza, CE: RDS Editora, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- POEL, Maria Salete V. D. *Alfabetização de adultos – Sistema Paulo Freire*. Estudo de caso num presídio. Petrópolis, Vozes, 1981.
- POEL, Maria Salete V. D. *Vidas Aprisionadas – Relatos de uma prática educativa*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- POEL, Maria Salete V. D. Escrevivendo a liberdade: o papel da literatura nas prisões. *VI Congresso Nacional de Educação*, 2019.
- SILVA, Karol O. de A, ROCHA, Maria Isabel A. O trabalho docente em prisões: considerações acerca da formação. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 203-217, 2017.
- SILVA, Luziel A.; COSTA, Jean Carlo C.; FERREIRA, Ana Paula R. S. O Modelo de Professora Primária na Trajetória Docente de Maria Salete van der Poel. *Educ. Form.*, Fortaleza, v. 8, e10244, 2023. DOI: 10.25053/redufor.v8.e10244. <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10244>
- OLIVEIRA, Valeska Maria F.; NÓVOA, António. Até o sol tornar-se quadrado: a proposta do livro de Maria Salete Van Der Poel, *Vidas aprisionadas: Relato de uma prática Educativa*. *Revista Temas em Educação*, [S. l.], v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n2.52944. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/52944>
- SILVA, Roberto, MOREIRA, Fábio. A. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 86, p. 89-103, nov. 2011. <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/26.pdf>
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VASCONCELOS, Valéria O., OLIVEIRA, Maria W. Educação popular: uma história, um que fazer. *Rev. Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, p. 135-146, 2009.